



O AMBIENTE NO CORAÇÃO DA EUROPA

Roteiro ambiental para 2009-2014

**Versão portuguesa do manifesto dos *GREEN 10*
subscrito pela Quercus, Liga para a Protecção da Natureza e GEOTA**

Maio 2009

GREEN 10:
Bankwatch Network
BirdLife International
Climate Action Network Europe (CAN)
Secretariado Europeu do Ambiente (BEE-EEB)
Friends of the Earth Europe
Friends of Nature International
Greenpeace European Unit
Health and Environment Alliance
European Federation for Transport and Environment (T&E)
WWF European Policy Office

Índice

Índice	2
Prefácio.....	3
1. Prevenir a 6. ^a Grande Extinção: Perda da biodiversidade e colapso dos ecossistemas.....	5
2. Reforma da Política Agrícola: Investir o dinheiro dos contribuintes em bens públicos.....	7
3. Promover um sistema de energia limpa e eficiente	9
4. Accções sigam-se às palavras - Para um orçamento da UE sustentável	11
5. Um ambiente mais limpo e seguro para europeus mais saudáveis.....	13
6. Assumir Responsabilidade Globalmente	15
7. Liderança Europeia a fim de possibilitar um novo acordo internacional sobre a Mudança do Clima.....	16
8. Fazer da Europa a Economia Mundial com maior eficiência nos transportes	18
9. Actuar dentro dos limites da disponibilidade dos recursos naturais	20
10. Melhorar a Aplicação e o Reforço da Legislação.....	22

Prefácio

Paz e prosperidade em tempo de colapso dos ecossistemas

O desafio político para o próximo quinquénio (2009-14)

Ao longo dos últimos 50 anos, a União Europeia (EU) procurou promover a paz e a prosperidade na Europa. Hoje, porém, este compromisso parece condenado ao fracasso porquanto as suas políticas vigentes estão a conduzir à sobreexploração dos recursos naturais e à degradação dos ecossistemas.

Embora os desafios patentes à Europa e ao mundo pareçam à primeira vista divergentes, as associações portuguesas Quercus, LPN e GEOTA e os *Green 10* acreditam que muitos desses desafios são, no fundo, de natureza ambiental. Os padrões de consumo da Europa estão já para além do seguro e sustentável – a nossa taxa de utilização dos recursos naturais mais do que duplicou a capacidade biológica. Continuamos a esgotar recursos naturais, a destruir ou danificar ecossistemas e a poluir o ar, a água e o solo. A competição mundial pelos recursos naturais é já causa de conflitos, não raro atendo actos de violência. A velha receita para a prosperidade material – crescimento económico – deixou de ser bem sucedida e tem sido responsável por acelerar as alterações climáticas, o declínio da biodiversidade e o colapso dos ecossistemas em todo o mundo, minando a actividade económica e a base do nosso futuro.

As respostas existentes apenas abrandam estes impactos e não abordam as causas profundas. O principal desafio político para a UE não consiste em abrandar estas tendências negativas, mas em invertê-las. Esse, sim, seria um verdadeiro progresso.

A perspectiva das associações ambientalistas portuguesas e dos *Green 10* para os próximos cinco anos

Os Green 10 são uma congregação das dez maiores redes ambientais com actividade a nível europeu e presença em Bruxelas. As associações ambientalistas portuguesas subscritoras deste manifesto são membros activos de uma ou mais Federações que elaboraram a versão original do documento em Setembro de 2008.

Porque muitos desafios são de ordem ambiental, o futuro êxito da UE depende do vigor da sua perspectiva em matéria de ambiente. Em tempos de escassez de recursos e de colapso dos ecossistemas, uma política de segurança traduz-se em estabilidade do clima e segurança dos recursos hídricos. A paz constrói-se com eficiência energética, com energia eólica e solar. Deste modo, reduz-se a dependência europeia dos recursos energéticos finitos. A segurança alimentar depende de uma agricultura sustentável, e a protecção dos ecossistemas torna-se assim uma condição fundamental para a qualidade de vida e para a prosperidade económica.

A UE tem de desempenhar um papel de vanguarda na promoção do desenvolvimento sustentável aos níveis mundial, regional e nacional. Tem de questionar e modificar os seus padrões actuais de consumo, de produção e também de transportes. Tem de colocar a economia na senda do uso racional e sustentável de energia e recursos. Tem de alargar esta perspectiva ao mundo inteiro, insistindo no carácter extensivo das suas importações. Tem de proteger e investir nos ecossistemas prioritários para a conservação da biodiversidade. Tem de assegurar aos seus cidadãos o direito a viverem num ambiente são. E tudo isto em simultâneo, com uma drástica redução das suas emissões de gases com efeito de estufa.

A UE precisa de uma Estratégia de Desenvolvimento Sustentável ambiciosa, para além do que foi acordado em 2006, e dos instrumentos necessários para a sua concretização. A nova Estratégia de Desenvolvimento Sustentável, com os pilares ambiental, social e económico, deve substituir a actual Estratégia de Lisboa no que toca ao estabelecimento de prioridades políticas e basear-se numa combinação de instrumentos legislativos, políticos e financeiros.

O Papel do Parlamento Europeu

A eleição de um novo Parlamento Europeu em Junho de 2009 é uma ocasião importante para dar uma nova imagem da UE no mundo: uma agenda não baseada no medo, no saque dos recursos e ecossistemas, na competição económica ou na dominação política. Essa imagem deve ter por base os valores fundamentais da Europa: paz, cooperação, integração, solidariedade e respeito pelos direitos humanos e pela protecção do ambiente.

Desde que, em 1991, o Tratado de Maastricht introduziu o 'procedimento de co-decisão', o Parlamento Europeu tem assumido um papel de importância crescente na formulação das políticas comunitárias. O novo Tratado de Lisboa (quando – e se – entrar em vigor) dar-lhe-á novos poderes. A co-decisão entre o Conselho e o Parlamento será então substancialmente ampliada. A sua extensão à agricultura, às pescas e aos fundos estruturais, bem como às políticas externas, será particularmente importante. As competências orçamentais do Parlamento conferir-lhe-ão também grandes responsabilidades quanto ao modo como os dinheiros públicos são utilizados na União Europeia e como o resto do mundo é afectado.

Com estes poderes alargados, o Parlamento Europeu encontra-se numa posição reforçada para influenciar na protecção do ambiente e da saúde da população. Esperamos que, desta forma, os cidadãos europeus se sintam motivados a utilizar o seu direito de voto. O novo Parlamento terá assim um impacto significativo na nossa segurança, prosperidade e qualidade de vida.

Podemos sintetizar do seguinte modo as nossas exigências ao próximo Parlamento (temas aprofundados nas páginas que se seguem):

1. Prevenir a 6.^a Grande Extinção: Perda da biodiversidade e colapso dos ecossistemas
2. Reforma da Política Agrícola: Investir o dinheiro dos contribuintes em bens públicos
3. Promover um sistema de energia limpa e eficiente
4. Acções sigam-se às palavras - Para um orçamento da UE sustentável
5. Um ambiente mais limpo e seguro para europeus mais saudáveis
6. Assumir Responsabilidade Globalmente
7. Liderança Europeia a fim de possibilitar um novo Acordo Internacional sobre a Mudança do Clima
8. Fazer da Europa a Economia Mundial com maior eficiência nos transportes
9. Actuar dentro dos limites da disponibilidade dos recursos naturais
10. Melhorar a Aplicação e o Reforço da Legislação

Apelamos a todos os candidatos e partidos políticos ao Parlamento Europeu para que subscrevam as recomendações contidas no presente manifesto e o utilizem para tornar a Europa um líder mundial do desenvolvimento sustentável.

1. Prevenir a 6.ª Grande Extinção: Perda da biodiversidade e colapso dos ecossistemas

O desafio político para os próximos cinco anos

Os habitats mais valiosos da Europa estão a perder-se ou a degradar-se. As taxas de extinção de espécies à escala mundial ultrapassam mais de 100 vezes a taxa natural. As estatísticas apontam para que, neste momento, estejamos a testemunhar a sexta grande extinção planetária. Na sua maioria, as grandes reservas de peixes marinhos estão já fora de limites biológicos seguros. Em todo o mundo, são destruídos ecossistemas florestais, com a conversão das florestas em terras agrícolas e a intensificação da exploração madeireira ilegal. Por outro lado, acumulam-se provas quanto ao impacto ambiental negativo das culturas de organismos geneticamente modificadas (OGM). Espécies exóticas invasoras aumentam a pressão sobre ecossistemas frágeis. E ainda as alterações climáticas que tornarão os ecossistemas ainda mais vulneráveis a todos estes factores. Ora, ecossistemas saudáveis são tampões vitais contra os impactos de alterações climáticas perigosas. Ecossistemas saudáveis são também a fonte de uma diversidade de serviços absolutamente essenciais às sociedades humanas que vão desde a regulação do ciclo da água à produção de oxigénio por exemplo, serviços esses cujo valor económico total à escala planetária ultrapassa desmesuradamente a soma total dos PIB de todos os países do mundo.

Quando iniciar os seus trabalhos, o próximo Parlamento Europeu irá muito provavelmente constatar que a UE falhou o cumprimento do seu objectivo de travar a perda da biodiversidade até 2010. Apesar dos compromissos internacionais que assumiu, a UE não aplicou qualquer estratégia de relevo para reduzir o seu impacto nas florestas mundiais. Mau grado pretensas reformas, a Política Agrícola Comum continuou a ser um motor determinante de perda da biodiversidade. É ainda avassalador o fracasso da União Europeia em proteger os nossos mares e em gerir de forma sustentável os nossos recursos pesqueiros. A UE evidencia uma embaraçosa falta de controlo, além de desconsideração pelos sinais de iminente colapso dos ecossistemas.

A perspectiva das associações ambientalistas portuguesas e dos *Green 10* para os próximos cinco anos

É necessário um motor de políticas europeias mais ambiciosas em matéria de biodiversidade. A atenção aos ecossistemas e à biodiversidade deve reflectir-se em todas as políticas comunitárias de relevo. Impõe-se também uma perspectiva de longo prazo para a biodiversidade, juntamente com objectivos concretos e metas de redução da perda da biodiversidade para a próxima década. É tempo de a UE ampliar horizontes e, para além da simples travagem da perda da biodiversidade, é importante iniciar a inversão das tendências negativas. Para tal é necessário restaurar ecossistemas biodiversos, fortes e resilientes (ou seja, capazes de recuperação rápida após perturbações), bem como assegurar a conectividade existente entre as actuais áreas protegidas. Estas medidas são também fundamentais para uma adaptação às alterações climáticas.

Além de promover a execução das políticas de conservação existentes, o orçamento da União Europeia deve ser utilizado de um modo que restaure os nossos ecossistemas. Ecossistemas saudáveis e biodiversos são importantes, e não só para os conservacionistas. O bem-estar humano depende do fluxo contínuo de bens públicos e serviços que são tidos por adquiridos. As alterações climáticas e o colapso dos ecossistemas fazem parte do mesmo problema. Importa prestar atenção a compromissos entre as políticas da UE relativas ao clima e as relativas à protecção de ecossistemas biodiversos.

Os próximos cinco anos vão ser fulcrais para o estabelecimento de um mecanismo de financiamento aplicável às florestas que ainda subsistam no regime climático mundial pós-2012. Nas florestas está guardado entre 40% a 50% do carbono em meio terrestre. É também tempo de a UE passar da retórica sobre a exploração madeireira ilegal e a protecção dos recursos madeireiros para uma legislação eficaz. No que se refere aos OGM, é necessária nova legislação para prevenir a contaminação das variedades tradicionais e assegurar a responsabilização dos produtores pelos danos que causarem. É necessário também garantir que a soberania de um Estado-Membro (EM) seja preservada e respeitada nas situações em que um EM decida que nenhuma variedade geneticamente modificada seja produzida ou comercializada no seu território. A mesma liberdade às escalas regional e local deve ser promovida e defendida no espaço europeu, sendo que do

Parlamento Europeu espera-se uma eficaz atenção à forma como as leis nacionais estão a funcionar ou não nesse sentido.

As associações de defesa do ambiente portuguesas e os Green 10 chamam a atenção dos candidatos e partidos políticos ao Parlamento Europeu para que o mesmo:

- 1. Impulsione um enquadramento político novo e ambicioso para a protecção da biodiversidade** que não procure apenas travar a perda da biodiversidade, mas efectivamente restaure a biodiversidade e os ecossistemas na UE e no mundo. Para o efeito, são necessárias regras comunitárias vinculativas em relação às espécies exóticas invasoras. O novo enquadramento político para a protecção da biodiversidade deve exigir uma integração mais firme destes problemas em todas as políticas comunitárias pertinentes, sob pena de a política fracassar.
- 2. Revitalize radicalmente o debate acerca do financiamento, da aplicação e da comunicação de leis que tenham demonstrado ser eficazes**, como a Directiva Aves e a Directiva Habitats, ou que se encontrem em fase de concretização, como a Directiva-Quadro da Água e a Directiva-Quadro «Estratégia Marinha». Deve reservar pelo menos 6,1 mil milhões de euros por ano para investimento nos sítios da Rede Natura 2000. O Parlamento Europeu deve avaliar a aplicação destas leis nos EM ao longo de cinco anos. Deve também propor formas de melhorar a execução e de penalizar os Estados que persistentemente infrinjam as obrigações jurídicas decorrentes destas directivas.
- 3. Assegure uma reforma exaustiva e transparente do processo de avaliação dos riscos dos OGM pela UE.** Em especial, estimule a Comissão Europeia a cumprir o seu papel de gestora do risco e a garantir a correcta aplicação das regras vigentes em matéria de autorização de OGM. Estimule também a Comissão e os EM a adoptarem regras estritas para prevenir a contaminação («coexistência») na UE, estabelecendo limiares mínimos tecnicamente possíveis para a presença de OGM quando as directivas relativas às sementes forem alteradas, bem como apoiando um regime rigoroso de responsabilização plena nos termos do qual o ónus é atribuído às empresas e aos agricultores que utilizem ou produzam culturas geneticamente modificadas.
- 4. Assegure uma reforma real da Política Comum das Pescas.** Nessa reforma, devem ser incluídas medidas eficazes para passar das práticas de gestão convencionais às práticas de gestão que tenham por base os ecossistemas, reduzir radicalmente o tamanho da frota e a capacidade pesqueira da UE e, por fim, acabar com subsídios contraproducentes. É essencial estabelecer zonas de defeso ou de pesca proibida, melhorar os planos de recuperação dos recursos haliêuticos, instituir medidas de combate à pesca ilegal e aumentar as capacidades de inspecção da Comissão, bem como adoptar um limite máximo para as capturas totais admissíveis, em consonância com níveis de captura cautelares cientificamente recomendados.
- 5. Apoie a UE na tomada de medidas mais firmes contra a desflorestação e a degradação das florestas**, inclusive a nível internacional, num contexto que previna o prosseguimento da destruição, da fragmentação e da degradação dos habitat naturais, das alterações climáticas e da perda da biodiversidade a todas as escalas. O Parlamento deve assegurar a boa execução do plano de acção comunitário FLEGT, incluindo a adopção de legislação destinada a reduzir e, em última instância, fazer cessar a desflorestação ilegal mediante a proibição da venda, no mercado europeu, de madeira e produtos de madeira oriundos de tais fontes. O Parlamento tem de assegurar igualmente que a UE lidere o estabelecimento de um mecanismo de financiamento internacional para proteger as florestas existentes, no regime climático mundial pós-2012 (juntamente com o financiamento de medidas de adaptação e atenuação nos países em desenvolvimento). A UE deve reservar recursos financeiros suficientes para rapidamente tornar este mecanismo operacional.

2. Reforma da Política Agrícola: Investir o dinheiro dos contribuintes em bens públicos

O desafio político para os próximos cinco anos

A Política Agrícola Comum (PAC) absorve mais de 40% do orçamento da União Europeia e, a despeito de sucessivas reformas, é patente o seu fracasso em resolver adequadamente alguns desafios ambientais actuais, como o declínio da biodiversidade, as alterações climáticas, a poluição atmosférica, a degradação do solo, a exposição a pesticidas e uma crescente crise hídrica. As alterações climáticas vão exigir uma mudança profunda no uso do solo e na agricultura de modo a assegurar a efectividade, não só de medidas atenuadoras das alterações climáticas mas também da adaptação a estas, sendo assim mais urgente do que nunca que a UE desenvolva uma política sustentável coerente e capaz de gerar bens públicos. A despesa da PAC é ainda maioritariamente dirigida para pagamentos directos indiferenciados aos agricultores, com insuficiente correspondência entre o nível dos pagamentos e o nível dos bens públicos produzidos, os quais incluem bens que não são culturas (*'non-crop' goods*), como a qualidade da água, os habitats de vida selvagem e outros serviços relativos aos ecossistemas. Na verdade, os pagamentos mais avultados ainda beneficiam amiúde as explorações agrícolas de maiores dimensões, mais competitivas e mais intensivas.

A perspectiva das associações ambientalistas portuguesas e dos *Green 10* para os próximos cinco anos

A PAC carece de uma revisão urgente e radical que a transforme numa política sustentável e efectiva de uso da terra e de desenvolvimento rural, com base no princípio de que todos os fundos públicos devem claramente gerar bens públicos bem identificados. Ou seja, os agricultores devem ser pagos pela prestação à sociedade daqueles serviços que o mercado não compensa, como habitats de vida selvagem, água limpa, sequestro de carbono e valorização do património paisagístico. A PAC deve também promover e apoiar métodos agrícolas, como a agricultura biológica, que reduzam ou evitem a utilização de pesticidas e sejam em geral sustentáveis e benéficos para a saúde pública. A procura pública de produtos alimentares saudáveis, de qualidade e sem OGM deve ser tida em conta, tal como devem ser tomadas medidas para assegurar a ampla acessibilidade dos produtos deste tipo ao público europeu. A contaminação do ambiente e dos alimentos destinados a consumo humano ou animal com OGM deve ser impedida.

Tendo a alta dos preços vindo para ficar, os instrumentos regulamentares ganharão importância crescente como motor de uma agricultura mais sustentável. Urge uma acção comunitária com vista à protecção dos solos, que se degradam ano após ano.

As associações ambientalistas portuguesas e os *Green 10* chamam a atenção dos candidatos e partidos políticos ao Parlamento Europeu para que o mesmo:

- 1. Promova a protecção e a sustentabilidade do ambiente, incluindo impactos positivos na saúde da população**, como objectivos fundamentais para a PAC, e reoriente a despesa para a prestação de bens públicos, em especial apoiando um desenvolvimento rural e práticas agrícolas sustentáveis, bem como a agricultura biológica. Assegure o cumprimento pleno de todas as normas de gestão integrada de pragas, como condição para o apoio público aos agricultores.
- 2. Conceba ferramentas eficazes de apoio aos sistemas agrícolas europeus com elevado valor natural**, isto é, sistemas extensivos tradicionais, que são vitais para a manutenção dos ecossistemas e paisagens da Europa mas que frequentemente revelam falta de competitividade num mercado livre.
- 3. Associe o comércio à sustentabilidade**: devem cessar os subsídios à exportação e outras políticas danosas para os países em desenvolvimento, enquanto, por outro lado, devem ser celebrados acordos internacionais para garantir a aplicação de normas de base ambientais e sociais a todas as transacções de produtos no mercado mundial.

4. **Promova um novo debate para assegurar a adopção de uma Directiva-quadro relativa ao solo**, que conduza a uma inversão do actual processo de degradação do solo se não for conseguido acordo durante a sexta legislatura.
5. **Previna a contaminação irreversível do ambiente com OGM** e, conseqüentemente, viabilize uma agricultura convencional, livre de OGM e biológica.

3. Promover um sistema de energia limpa e eficiente

O desafio político para os próximos cinco anos

O sector de europeu da energia eléctrica europeu ainda está dominado por grandes centrais termo-eléctricas que utilizam combustíveis fósseis poluentes e combustível nuclear. O aquecimento e o sector dos transportes apresentam uma grande intensidade energética, assentes no consumo de petróleo e gás natural.

Os combustíveis fósseis são responsáveis por 80% das emissões de gases de efeito de estufa da UE. Mais ainda, apenas 0,6% do petróleo, 3% do gás, 7,3% do carvão e quase nenhuma reservas de urânio a nível mundial se encontra nos 27 EM. São urgentes mudanças na política energética para atingir os compromissos assumidos em matéria de combate às alterações climáticas, de forma a manter o aumento de temperatura global abaixo dos 2°C, e também para assegurar segurança no abastecimento de forma sustentável.

A UE tem de substituir as fontes de energia mais poluentes e/ou perigosas como o carvão, o petróleo e o nuclear e investir em sistemas energéticos verdadeiramente sustentáveis e acima de tudo, promover medidas que conduzam a uma redução efectiva do consumo de energia através da alteração dos hábitos de consumo.

A perspectiva das associações ambientalistas portuguesas e dos *Green 10* para os próximos cinco anos

Olhando já para o final do novo mandato parlamentar, a UE e os EM terão de implementar algumas mudanças estruturais fundamentais para assegurar o desenvolvimento de um sistema de energias limpas, consistentes com o uso eficiente de energia e o amplo desenvolvimento de tecnologias de energias renováveis.

A conservação de energia é uma das ferramentas com melhor relação custo-eficácia que a UE dispõe para combater as alterações climáticas e para promover um crescimento económico inteligente em benefício da sociedade e do ambiente. Para atingir o enorme potencial de eficiência energética que existe, é decisivo para a UE que seja adoptado um objectivo legal de aumento em 20% da eficiência energética, tal como resultou do documento legislativo conhecido por “pacote energia-clima”, e assegurar uma rápida e eficaz implementação das medidas existentes e futuras, neste campo.

Ao mesmo tempo, a rápida e efectiva implementação da Directiva de Energias Renováveis (adoptada em 2008) é crucial para conseguir atingir os 20% de energia final por fonte renovável em 2020, procurando ao mesmo tempo fontes limpas e seguras de abastecimento energético.

Suplementarmente, a UE terá de investir no desenvolvimento de uma rede moderna, flexível de energia que permita uma integração óptima de novas tecnologias de energias renováveis.

1. **Torne obrigatório o objectivo de 20% de redução de consumo de energia em 2020.** Este é o elo que falta no pacote Energia Clima apresentado em 2008 e que foi aprovado sem garantir a obrigatoriedade para este objectivo.
2. **Garanta fortes políticas europeias para melhorar a eficiência energética nos novos e velhos edifícios.** Esta medida vai permitir a criação de emprego e reduzir em milhares de milhões os custos em combustíveis. Estima-se que o reforço da Directiva de Desempenho de Edifícios possa evitar a emissão de 460 milhões de toneladas de CO₂ por ano, que corresponde a cerca de 10% das emissões de CO₂ do espaço europeu.
3. **Pressione o sector dos transportes para continuar a melhorar a eficiência energética dos automóveis.** Incentivar também o transporte público de pessoas e mercadorias, incluindo a extensão da rede ferroviária europeia, promovendo uma mudança de modos de transporte que evita o recurso aos que causam maiores danos ao ambiente.

4. **Siga com atenção a implementação da Directiva dos produtos que consomem energia (EuP) para que seja possível aumentar os padrões de eficiência energética numa variedade de produtos utilizados ao nível doméstico e industrial**, que vão dos equipamentos de informática às caldeiras, dos frigoríficos aos motores eléctricos.
5. **Acompanhar activamente a implementação e monitorização da Directiva de energias renováveis, com especial atenção para que seja providenciado apoio para o desenvolvimento de um leque diversificado de tecnologias em energias renováveis.** Todos os desenvolvimentos em energias renováveis são necessários para seguir uma estratégia que assegure uma rápida implementação, planos de segurança e que minimize conflitos com objectivos de outras áreas, tais como reforçar o papel dos ecossistemas e a adaptação às alterações climáticas.
6. **Garantir a modernização da rede de energia eléctrica para permitir a integração de energias renováveis em grande escala a partir 2020**, enquanto se abandona a energia nuclear e de carvão. Deve ser incluída a disponibilidade de interligação e flexibilidade da rede eléctrica nas valências *onshore* e *offshore*.
7. **Acabar com os apoios da UE através das agências de crédito à exportação e dos bancos públicos de investimento em projectos de energia nuclear e combustíveis fósseis**, estimulando o seu fim e providenciando incentivos fiscais e legislativos à eficiência energética e às energias renováveis.

4. Accções sigam-se às palavras - Para um orçamento da UE sustentável

O desafio político para os próximos cinco anos

As associações ambientalistas portuguesas e os *Green 10* desejam que haja um debate sem restrições sobre o orçamento da UE como uma oportunidade única para pôr em conformidade a política de despesas e de receitas com os objectivos políticos, em particular da Estratégia de desenvolvimento sustentável, da política para combater as alterações climáticas e de inversão da tendência da perda de biodiversidade. O princípio "recursos económicos públicos para bens públicos" deve estar no cerne do debate sobre o orçamento da UE - é impossível justificar seja o que for de diferente junto dos contribuintes e dos Estados Membros.

As organizações não governamentais de ambiente há muito que criticam o orçamento da UE por contribuir de modo decisivo para a degradação do meio ambiente, em muitos aspectos contradizendo a política ambiental da UE. Ao mesmo tempo os recursos para a implementação de políticas eficazes de protecção do ambiente são bastante reduzidos, tanto dentro como fora da UE.

Além de algumas reformas incipientes, a política agrícola da UE continua a não ter em consideração um futuro sustentável. As verbas do Fundo de Coesão são muitas vezes investidas em projectos como a construção de novas auto-estradas ou incineradores que aumentam a emissão dos gases com efeito estufa, o consumo de energia bem como o tráfico rodoviário. Embora se tenha cada vez mais em consideração os estudos europeus sobre impactes ambientais, e que algumas verbas sejam canalizadas para investimentos no sector ambiental, continua-se a registar a falta de um compromisso político para um desenvolvimento sustentável. O mesmo se passa em muitas outras áreas de despesa da UE.

A perspectiva das associações ambientalistas portuguesas e dos *Green 10* para os próximos cinco anos

O próximo debate sobre a reforma do orçamento da UE e o próximo período orçamental 2014-2020 deverão insistir no desenvolvimento sustentável na UE e em todo o mundo. Os mecanismos económicos das receitas e despesas da UE deverão ser regidos por uma política séria comprometida com um desenvolvimento sustentável e nenhum investimento deverá ir contra esse objectivo. As decisões sobre as despesas da UE deverão ser tomadas tendo em conta o futuro do planeta cujos recursos são limitados, bem como o bem-estar das gerações futuras em todo o mundo. O Parlamento Europeu, que tem um grande poder sobre o orçamento, deverá ter a coragem de fazer uma ruptura com o passado e iniciar um novo capítulo que respeite o ambiente ao apostar num desenvolvimento sustentável.

As associações ambientalistas portuguesas e os *Green 10* chamam a atenção dos candidatos e partidos políticos ao Parlamento Europeu para que o mesmo:

Aplique dois princípios fundamentais:

1. **A sustentabilidade na Europa e em todo o mundo** deverá ser o objectivo fundamental do novo orçamento da UE, prestando atenção às dimensões ambientais, sociais e económicas. O orçamento da UE deverá respeitar os objectivos da Estratégia de Desenvolvimento Sustentável da UE, isto é, promover uma produção e um consumo sustentáveis, considerar o crescimento económico independente do crescimento do tráfico e ambicionar a construção duma sociedade que não produza resíduos.
2. **O dinheiro público deverá ser gasto em políticas democraticamente estabelecidas, que ofereçam bens públicos e serviços à sociedade como um todo.** Os fundos da UE deverão proporcionar benefícios bem definidos para todos os cidadãos europeus num modo transparente e responsável. O Banco Europeu de Investimento também deverá seguir os mesmos princípios ao atribuir créditos.

E promova os seguintes aspectos basilares:

3. **Uma renovada Estratégia de Desenvolvimento Sustentável** ambiciosa que reconheça os aspectos sociais, económicos e ambientais como parte integrante e pontos interdependentes do

progresso humano. Este ponto deverá fornecer um objectivo global para a política da UE a fim de permitir um *follow-up* da Estratégia de Lisboa de Reformas, uma agenda social e que seja dada mais atenção à dimensão internacional da sustentabilidade do que até à data.

4. **Uma política para o clima** que assegure que a UE faça tudo, internamente e a nível global, a fim de manter o aquecimento global abaixo dos 2°C em comparação com a era pré-industrial.
5. **Os acordos internacionais fundamentais da UE**, como o *UN Charter*, o *UN Millennium*, a Convenção das Nações Unidas sobre o Clima, a Convenção das Nações Unidas sobre a Biodiversidade e a Convenção Aarhus.
6. **Uma análise socioeconómica profunda dos planos e da implementação da Rede de Transportes Europeia (TEN-T)** cujos projectos estratégicos decorrem desde 1994. Deverá ser analisado até que ponto os objectivos políticos iniciais foram atingidos e dever-se-á incluir uma análise custo-benefício. Os actuais planos devem ser reanalisados à luz dos recentes compromissos para limitar as alterações climáticas e a renovada Estratégia de Desenvolvimento Sustentável da UE.
7. **Uma Política de Coesão futura que siga um caminho neutro em relação ao clima e ao uso dos recursos.** A inclusão de objectivos e preocupações ambientais não deverá ocorrer apenas verticalmente - através de investimentos directos em projectos ambientais - mas também horizontalmente - ao controlar a sustentabilidade ambiental de todas as despesas da UE. Tornar os fundos da UE mais verdes poderá fortalecer de modo significativo o apoio de um consumo de energia mais eficiente, o investimento em fontes de energia renovável, um transporte público mais limpo, uma adaptação à mudança do clima, a protecção de áreas da NATURA 2000, inovações ecológicas e políticas ambientais.

5. Um ambiente mais limpo e seguro para europeus mais saudáveis

O desafio político para os próximos cinco anos

Os europeus estão preocupados com a qualidade do ar que respiram, a segurança da comida que consomem e da água que bebem. Nove em cada dez cidadãos afirmam estar preocupados com a influência do ambiente na sua saúde. A poluição ambiental está a afectar cada vez mais a saúde pública na UE. A Organização Mundial da Saúde (OMS) estima que factores ambientais desempenham um papel, não apenas em acidentes e ferimentos, mas também em mais de oitenta doenças, como alergias, asma, doenças respiratórias, cancro, doenças cardiovasculares e determinados problemas de reprodução e desenvolvimento. Na UE há indícios que apontam para uma poluição do ar dentro e fora de casa, poluição sonora, doenças causadas por produtos alimentares contaminados por pesticidas e biocidas. Há novos riscos para a saúde pública relacionados com a mudança do clima, nomeadamente ondas de calor e o regresso de algumas doenças tropicais, com a nanotecnologia e com campos electromagnéticos.

Mais de metade dos cidadãos entrevistados afirmam que a UE não está a fazer o suficiente. Apesar da expectativa de vida continuar a aumentar na Europa, verifica-se ao mesmo tempo um aumento de alergias e de alguns cancros, sobretudo no caso de crianças. De acordo com estimativas, uma criança em quatro sofre de um qualquer tipo de alergias actualmente, e o cancro em idade infantil está a crescer um por cento por ano. Padrões mais exigentes da qualidade do ar poderiam ajudar a reduzir a percentagem de asma e a melhorar a saúde do aparelho respiratório; uma implementação cuidadosa da nova política dos químicos REACH poderá também contribuir para aliviar a carga de muitas doenças. De facto, muitos cientistas defendem a posição de que a restrição do uso de produtos químicos é fundamental para combater de forma eficaz e célere o cancro da mama e o cancro da próstata na Europa.

A perspectiva das associações ambientalistas portuguesas e dos *Green 10* para os próximos cinco anos

Apesar da situação referida, a política de saúde ambiental da UE está a dar os primeiros frutos contribuindo para uma melhoria da situação. Os desafios que temos pela frente são o controlo de algumas pandemias relacionadas com a saúde ambiental moderna, como o cancro, a obesidade, problemas de saúde mental, doenças cardiovasculares e do aparelho reprodutor. Deve-se apostar prioritariamente na prevenção de doenças, mais do que na cura.

Uma estratégia importante é a de assegurar que os resultados da investigação europeia nas áreas da saúde e do ambiente sejam tomados em consideração em futuras acções políticas e de informação. Deve-se prestar mais atenção particularmente aos seguintes pontos: a inclusão mais rápida dos resultados de investigação mais recentes no processo político; a determinação de níveis mínimos a fim de proteger os grupos mais vulneráveis como crianças, grávidas, idosos e doentes. Além disso, temos que assegurar que os custos reais para a saúde provocados quando não se age no âmbito de políticas de energia, transportes, químicos e pesticidas sejam consideradas na tomada de decisões a fim de se tornarem num motivo para um futuro mais sustentável e saudável.

As associações ambientalistas portuguesas e os *Green 10*, gostariam de incentivar os deputados a considerarem com maior seriedade os grandes benefícios para a saúde que a protecção da biodiversidade e de um ambiente rural e urbano saudável possibilitam num quadro de desenvolvimento sustentável.

As associações ambientalistas portuguesas e os *Green 10* chamam a atenção dos candidatos e partidos políticos ao Parlamento Europeu para que o mesmo:

1. Renove o apoio de acções concretas no âmbito do **Plano Europeu para o Ambiente e a Saúde 2004-2010 bem como uma visão estratégica pós-2010** e ainda assegurar o apoio à OMS, processo ministerial de ambiente e saúde nas crianças, tanto na Europa como em todo o mundo.

2. Continuar a exigir da Comissão e dos EM o suporte económico e político para um **Sistema de Monitorização Biológica e Humana a nível europeu** com repercussões na legislação e na monitorização ambiental, e indicadores de saúde.
3. Assegurar que a saúde pública esteja no centro das políticas de resposta à mudança do clima, na UE e a nível internacional e que os benefícios para a saúde de acções a favor de um clima mais estável sejam tidos em conta integralmente nas acções da UE.

Químicos / REACH

4. Controlar rigorosamente a **Agência de Químicos Europeia (ECHA)** recorrendo ao poder de supervisão e de controlo do conselho da ECHA a fim de assegurar o envio regular de relatórios ao Parlamento Europeu; investigar os programas de trabalho, os relatórios gerais e económicos fornecidos anualmente a fim de assegurar uma implementação integral da legislação REACH.
5. Assegurar que o número máximo de produtos químicos que cumpram os critérios das substâncias de grande perigo catalogadas no REACH, e que os químicos conhecidos que provoquem problemas hormonais, sejam incluídos na lista de candidatos e que sejam submetidos o mais depressa possível ao processo de autorização.

Qualidade do Ar

6. **Assegurar que a revisão da Directiva relativa aos Tectos de Emissão Nacionais estabeleça uma redução ambiciosa para 2020** e recusar qualquer enfraquecimento dos objectivos para 2010. Garantir uma revisão em 2013 dos padrões de qualidade do ar que assegure pelo menos o nível de protecção da saúde preconizado pela Organização Mundial de Saúde e um grau de ambição que inclua os objectivos da mudança do clima.
7. **Assegurar que a Comissão redija um Livro Verde sobre a poluição do ar interior** que leve a propostas legislativas concretas a nível europeu baseadas nas linhas de orientação da Organização Mundial de Saúde e que encete a revisão de directivas importantes sobre a eficiência energética de edifícios e material de construção.

Biocidas

8. **Assegurar que a revisão da legislação sobre biocidas garanta o máximo de protecção da saúde**, particularmente a de crianças, de idosos e de outros grupos vulneráveis. Assegurar que às substâncias activas consideradas pela Comunidade como sendo cancerígenas, mutagénicas, tóxicas para a reprodução ou disruptivas ao sistema endócrino seja retirada a autorização, e que todas as substâncias neurotóxicas e imunotóxicas sejam rotuladas devidamente.

Nanotecnologia, Campos Electromagnéticos e Ruído

9. **Restringir o comércio e o uso de nanomateriais no mercado europeu**, até que o impacto sobre a saúde e o ambiente das nanotecnologias seja compreendido a fundo. É necessário introduzir um enquadramento legislativo adequado baseado no princípio da precaução que inclua uma rotulagem adequada.
10. **Rever todos os mecanismos de regulação dos campos electromagnéticos** baseados em novos dados sobre a exposição crescente a aparelhos sem fios (*wireless*) e investigação sobre os efeitos sobre a saúde, tal como referido no relatório "Bioinitiative" e respectivas recomendações.
11. Reduzir mais a exposição a ruídos no âmbito da **revisão da Directiva Ruído Ambiente**.

6. Assumir Responsabilidade Globalmente

O desafio político para os próximos cinco anos

Devido à sua presença e influência globais, a UE tem uma responsabilidade particular junto do resto do mundo. É o maior mercado único do mundo e o parceiro comercial mais importante bem como o maior doador internacional, atribuindo 46 mil milhões de euros por ano para o desenvolvimento. Se a UE, por um lado, tem sido pioneira ao nível internacional em termos de políticas ambientais, por outro lado, demonstrou recentemente interesse nos desafios de competitividade da agenda “Global Europe”, com a qual pretende dar uma resposta a novos desafios internacionais, como a ascensão da China e da Índia, e assegurar o acesso das empresas europeias aos recursos naturais no estrangeiro. Os Objectivos do Desenvolvimento do Milénio das Nações Unidas, acordados em 2000 pela comunidade internacional, deverão ser atingidos em 2015. Porém, muitos destes objectivos estão longe de serem alcançados, incluindo o Objectivo 7 – a sustentabilidade ambiental - que está na base do desenvolvimento humano.

O novo Tratado de Lisboa (se e quando entrar em vigor sem mudanças de aspectos significativos) deverá confirmar os objectivos base do desenvolvimento sustentável e da protecção do ambiente e levará a uma nova arquitectura institucional para o papel que a UE desempenha no estrangeiro, incluindo um Representante Único dos Negócios Estrangeiros e da Segurança e um novo Serviço de Actuação no Estrangeiro.

A perspectiva das associações ambientalistas portuguesas e dos *Green 10* para os próximos cinco anos

As políticas externas da UE, incluindo o comércio, investimento e ajudas, deverão, conjuntamente com as outras políticas que provocam uma "pegada ecológica", ser avaliadas e adaptadas a fim de se garantir uma sustentabilidade ambiental. Os deputados, juntamente com os seus congéneres dos parlamentos nacionais em todo o mundo, deverão continuar chamar a atenção pública para se introduzirem direitos humanos e ambientais e se resolverem problemas sociais; assegurar medidas concretas para uma mudança, maior transparência, mais responsabilidade e empenho da sociedade civil.

As associações ambientalistas portuguesas e os *Green 10* chamam a atenção dos candidatos e partidos políticos ao Parlamento Europeu para que o mesmo:

1. **Assegure uma melhor integração de assuntos críticos transversais, incluindo a sustentabilidade ambiental, nas políticas de cooperação da UE** a fim de aumentar a eficiência e o impacto da ajuda (baseado no relatório A6-0476/2006).
 2. **Assegure uma coerência nas políticas da EU:** por exemplo, políticas de comércio, investimento, agricultura, energia e segurança não devem contradizer mas fortalecer compromissos e acções internacionais no âmbito do ambiente, clima e desenvolvimento.
 3. **Apele à introdução de medidas legislativas que impeçam violação dos direitos humanos, por empresas europeias no estrangeiro, e vão contra a sustentabilidade ambiental.**
 4. **Assegure que as verbas dos Programas de Desenvolvimento da UE disponibilizadas através do Banco Europeu de Investimento e outras instituições financeiras (p.ex. o Banco Mundial) apoiem em vez de enfraquecerem objectivos de desenvolvimento sustentável da UE.**
1. **Assegure que novos recursos económicos adicionais (para além da ajuda oficial ao desenvolvimento) sejam utilizados para ajudar países em vias de desenvolvimento num caminho amigo do clima e na adaptação à mudança do clima,** de acordo com o princípio do poluidor-pagador e em consistência com a estrutura da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas. Além disso, é necessário introduzir um mecanismo de financiamento a fim de acabar e inverter a desflorestação. Manter e preservar a função de ecossistemas dos quais povos inteiros estão dependentes contribuirá para atenuar a mudança do clima e desenvolver a sua capacidade de adaptação.

7. Liderança Europeia a fim de possibilitar um novo acordo internacional sobre a Mudança do Clima

O desafio político para os próximos cinco anos

A UE tem o objectivo a longo prazo de reduzir o aumento médio da temperatura global para menos de 2°C em comparação com os níveis da era pré-industrial. O cenário mais consistente com esse objectivo, apontado no último relatório do Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas, refere que as emissões globais deverão atingir o seu ponto máximo entre 2000 e 2015 e começarem depois a declinar. Um acordo a nível global, com medidas concretas e um alcance adequado, terá que ser encontrado em Copenhaga em Dezembro deste ano. As decisões tomadas e as acções encetadas nos próximos cinco anos na UE, que constitui um dos maiores grupos emissores e com uma responsabilidade histórica elevada, serão fundamentais e mostrarão se a UE está disposta a assumir a sua quota-parte para evitar uma mudança perigosa do clima, que poderá colocar em risco a humanidade e os ecossistemas.

A perspectiva das associações ambientalistas portuguesas e dos *Green 10* para os próximos cinco anos

De modo a se evitar uma mudança perigosa do clima, a UE tem de agir com medidas que visem a alteração da sua economia, transitando de uma política económica que desperdiça energia para uma que seja energeticamente sustentável, e que use fontes renováveis de energia em vez de recorrer a energia fóssil. Assim sendo, a UE não se deverá deixar seduzir por soluções com elevado risco ambiental que estão a ser promovidas actualmente, como a energia nuclear. Pelo contrário, deverá implementar políticas de verdadeira redução dos gases com efeito de estufa, com benefícios para a saúde, a preservação de ecossistemas e da biodiversidade, combate à pobreza e do desemprego, e segurança energética. A redução das emissões que a UE terá de atingir deverá corresponder à mais recente investigação e informação e deverá ser susceptível de ter em conta novos resultados científicos, ao mesmo tempo que deverá proporcionar objectivos a atingir a médio e longo prazo no que diz respeito à redução das emissões. A UE tem de transformar o desafio da mudança do clima numa oportunidade para tornar a Europa sustentável e a sua economia a mais eficiente no uso de energia em todo o mundo: os custos de inacção serão, ao fim e ao cabo, muito mais elevados do que os da acção.

As associações ambientalistas portuguesas e os *Green 10* chamam a atenção dos candidatos e partidos políticos ao Parlamento Europeu para que o mesmo:

- 1. Defenda a necessidade de um corte de pelo menos 30% dos níveis de 1990 das emissões internas da UE até 2020** incluindo um mecanismo efectivo de controlo a fim de assegurar que os países membros honrem os seus compromissos na redução das emissões.
- 2. Assegure que a legislação sobre energias renováveis e uso eficiente esteja de acordo com o objectivo da redução de 30% das emissões a nível interno**, com metas e políticas vinculativas. Assegurar que todas as políticas, medidas e investimentos significativos da UE (através de fundos europeus e do Banco Europeu de Investimento) contribuem para os esforços da redução das emissões de um modo sustentável.
- 3. Assegure que a UE adote políticas de adaptação à mudança do clima eficientes e consistentes** e que sejam introduzidas medidas em todos os sectores importantes, de acordo com o objectivo de preservar ecossistemas e combater ameaças existentes à biodiversidade e aos serviços ambientais. A implementação, o fortalecimento e o financiamento da legislação ambiental existente (como as directivas sobre a água e conservação da natureza) são essenciais neste contexto.
- 4. Fortaleça o Comércio Europeu de Licenças de Emissões para que possa cumprir o seu potencial de mecanismo eficaz e justo no âmbito das indústrias intensivas em energia na UE.** Tal inclui o comércio total da autorização de emissões em todos os sectores a partir de 2013. Em nosso entender as receitas obtidas no comércio das emissões deveriam ser

destinadas à redução das emissões e acções de adaptação; metade das verbas a investir na UE e a outra metade em países em vias de desenvolvimento.

5. **Assegure recursos económicos e tecnologias adicionais a fim de se apoiar países em vias de desenvolvimento** que sigam um caminho de desenvolvimento baseado em reduzir a emissão de carbono e que vá ao encontro das suas necessidades para uma adaptação sustentável.
6. **Os Estados-Membros deverão atingir de forma vinculativa a redução da emissão de gases de efeito estufa em países em vias de desenvolvimento** e assegurar a criação de um mecanismo de financiamento do fim da desflorestação.
7. **Evite mecanismos regulatórios do tratamento individual de poluidores singulares e em vez disso adoptar uma atitude integrada em relação à mitigação e adaptação às alterações climáticas** que tenha em linha de conta os benefícios e aproveite sinergias com outras políticas, p. ex., sobre a biodiversidade, o combate à pobreza, saúde pública e segurança energética; áreas que poderão compensar os custos a serem suportados.
8. **Assuma uma liderança global colaborando com parceiros internacionais**, incluindo legisladores em Estados-Membros e outros países, a fim de se assegurar um acordo global em Copenhaga em Dezembro de 2009 que esteja à altura de ultrapassar uma mudança do clima com consequências catastróficas.
9. **Pedir à Comissão que proponha instrumentos legislativos a fim de o Banco Europeu de Investimento levar em consideração as implicações da mudança do clima** quando conceder e garantir créditos e impor uma moratória até que o Banco tenha à sua disposição dados suficientes, de acordo com os conselhos dos OECD, G8 e o Boletim das Indústrias Extractivas.

8. Fazer da Europa a Economia Mundial com maior eficiência nos transportes

O desafio político para os próximos cinco anos

É necessário estabelecer compromissos vinculativos para a eficiência dos transportes na economia Europeia, a eficiência energética nos transportes e a descarbonização dos combustíveis utilizados nos transportes, para que a emissão de gases com efeito de estufa do sistema de transportes Europeus seja consistente com uma redução total de 30% nas emissões de gases com efeito de estufa até 2020.

A UE e o Banco Europeu de Investimento estão à beira de gastar 150 mil milhões de euros em projectos de mobilidade por toda a Europa. Os impactes destes projectos em algumas das mais importantes áreas naturais protegidas da Europa poderão ser devastadores – mais de mil locais da Rede Natura 2000 podem ser prejudicados por 21 dos Projectos Prioritários da *Trans European Transport* (TEN-T). A biodiversidade e os ecossistemas têm de sobreviver às alterações climáticas, e de ser protegidos, e para tal, outras políticas da UE, incluindo as dos transportes, terão de ser harmonizadas com essa protecção.

A perspectiva das associações ambientalistas portuguesas e dos *Green 10* para os próximos cinco anos

A força da Europa na gestão dos impactes ambientais dos transportes tem sido prioritariamente a de estabelecer padrões ambientais cada vez mais firmes para os veículos e seus combustíveis. Em alguns casos (por exemplo, na poluição atmosférica) isto tem sido bastante bem sucedido, noutros como CO₂ e ruído, nem tanto.

A Europa deve investir mais neste domínio, porque o trabalho está longe de estar concluído. Automóveis, furgões, camiões – para não referir os aviões e os navios – têm de ser muito mais eficientes do ponto de vista energético e a pegada de carbono da energia utilizada nos transportes tem de ser drasticamente reduzida.

Contudo, o inevitável aumento na procura de transportes anulou os ganhos conseguidos com o uso de melhores tecnologias. Por isso, o nosso grande desafio é fazer com que a economia europeia seja a economia mundial com maior eficiência nos transportes - uma economia que precisa de menos transportes para prosperar. Existe aqui uma analogia com a eficiência energética. O uso da energia e dos transportes assemelham-se em muitos aspectos: são ambos indispensáveis em qualquer economia moderna e são ambos um meio para atingir um fim, em vez de serem um fim em si mesmo. Não constituem, em si mesmos, custos externos, mas são, antes, uma importante causa de custos externos. Mas, crucialmente, acabam por constituir custos para a sociedade e devem ser usados da forma mais comedida possível.

No início dos anos 70, havia um consenso generalizado em torno da ideia de que o crescimento da economia e o aumento do consumo de energia estariam inevitavelmente a par. Hoje, é nitidamente uma falta de bom senso considerar que a poupança de energia seja algo negativo. Trinta anos depois, os responsáveis pela política de transportes têm muito trabalho a fazer. Existem abundantes provas científicas de que a redução no uso de transportes pode ter consequências positivas (melhor fluxo de tráfego, mais segurança, redução de impactes sobre o ambiente e sobre a saúde) – especialmente quando os preços dos transportes são muito baixos, como geralmente acontece. O preço dos transportes tem uma importância vital. A UE não devia colocar obstáculos aos preços dos transportes, como actualmente ainda faz; em vez disso, devia promover e obrigar os EM a introduzir infraestruturas inteligentes nos sistemas de fixação de preços.

As associações ambientalistas portuguesas e os *Green 10* chamam a atenção dos candidatos e partidos políticos ao Parlamento Europeu para que o mesmo:

- 1. Introduza metas sectoriais para a redução das emissões de gases com efeito de estufa nos transportes** (incluindo a aviação e a navegação marítima) para 2020, consistente com um redução de 30% de gases com efeito de estufa na UE em 2020, e metas específicas para

a eficiência nos transportes na economia europeia, eficiência energética e descarbonização dos combustíveis usados nos transportes; a rejeição da inclusão dos transportes rodoviários no Sistema de Comércio Europeu de Licenças de Emissões.

2. **Faça pressão para que se consiga uma melhor distinção dos impactes ambientais dos projectos de transportes da UE e dos financiados pelo Banco Europeu de Investimento**, sobretudo para garantir que novos projectos não afectem negativamente a biodiversidade.
3. **Reduza significativamente as restrições à imposição de taxas aos furgões** na UE.
4. **Introduza padrões apertados para o enxofre nos combustíveis dos navios e níveis de partículas e NOx para os motores dos navios**, tanto a nível da Organização Internacional Marítima (da sigla em inglês, IMO) como da UE.
5. **Os financiamentos estruturais, de coesão e do Banco Europeu de Investimento devem, prioritariamente, ser destinados a projectos de transportes amigos do ambiente**, como os sistemas de gestão de tráfego, transportes públicos regionais e urbanos, soluções intermodais e pistas para bicicletas.
6. **Envie uma mensagem política forte através da rejeição dos projectos da Rede Transeuropeia de Transportes (*Trans European Transport Network - TEN-T*) que apresentem impactes ambientais significativos, incluindo os impactes sobre a biodiversidade**. Esta deve ser precedida de uma avaliação ambiental completa dos projectos financiados pela UE e pelo Banco Europeu de Investimento.

9. Actuar dentro dos limites da disponibilidade dos recursos naturais

O desafio político para os próximos cinco anos

Existe uma consciência crescente e provas de que vivemos num mundo de recursos limitados. O aumento global dos preços de produtos tão básicos como o arroz, ou tão utilizados como os metais ou minerais, como o cobre, é significativo. Indicadores de biocapacidade, como a pegada ecológica, mostram que a população do planeta tem estado em “dívida ecológica” desde meados dos anos 80, e a nossa actual taxa de utilização dos recursos do planeta está 25% acima das reais capacidades da Terra. A Avaliação do Milénio relativa aos Ecossistemas efectuada em 2005 revelou que dois terços dos ecossistemas do planeta estão em declínio.

A maior parte da procura de recursos naturais vem do Ocidente, das sociedades industrializadas, com economias apoiadas por níveis e padrões de consumo e de produção não sustentáveis. A quantidade de recursos utilizados e a pressão sobre o ambiente, resultantes da minoria rica da população mundial, está a reduzir drasticamente a viabilidade do planeta para nos sustentar no futuro, mesmo que a maioria da população mundial continue a ter acesso a muito poucos recursos para conseguir atingir os mínimos aceitáveis de bem-estar humano .

O uso sustentável dos recursos está também ligado à mineração em condições/circunstâncias sócio-ambientais seguras, um aspecto até agora muito descurado pela UE. Um quarto dos cidadãos da UE inquiridos (Eurobarómetro, Março de 2008) indicou “o esgotamento dos recursos naturais” como o principal motivo de preocupação em termos ambientais. Apesar de a UE afirmar ser uma sociedade eficiente em termos dos recursos, esta afirmação não é sustentada pelas suas políticas. A Estratégia para a Utilização Sustentável dos Recursos Naturais da UE, lançada pela Comissão em 2005, não continha quaisquer metas ou calendários, e concentrava-se mais na compilação de dados básicos e na introdução de uma abordagem baseada no ciclo de vida para o desenvolvimento das políticas. Do mesmo modo, as políticas de produção e de utilização dos recursos não evoluíram de modo a que se estabelecessem relações claras entre a eficiência dos recursos ou a eficiência da utilização dos recursos, a prevenção do desperdício ou a reciclagem. O Plano de Acção para um Consumo e Produção Sustentáveis, publicado em Julho de 2008, é muito insuficiente quanto às metas de alteração dos padrões de consumo e de produção, para além de acelerar essas mudanças.

A perspectiva das associações ambientalistas portuguesas e dos *Green 10* para os próximos cinco anos

A Europa tem uma responsabilidade global enquanto líder no desenvolvimento de uma estratégia para os recursos naturais para fazer face à desigualdade na utilização global dos recursos naturais, em particular através da definição de prioridades políticas baseadas no estabelecimento de limites para essa utilização. A UE tem de estabelecer metas ambiciosas mas necessárias para si própria, tais como um aumento da eficiência por um Factor 4 em 2030 e um aumento por um Factor 10 em 2050 (comparativamente com os actuais níveis de eficiência). Para que isto se possa alcançar, é necessária a adopção de políticas específicas em áreas de produção e em produtos prioritários, através da maximização da recolha de materiais para reciclagem, através de apoios fiscais e reguladores fortes para o reprocessamento nos processos de produção e, finalmente, através da redução, tanto quanto possível, das implicações dos transportes.

As associações ambientalistas portuguesas e os *Green 10* chamam a atenção dos candidatos e partidos políticos ao Parlamento Europeu para que o mesmo:

- 1. Seja um motor para um novo e ambicioso enquadramento político que acelere as mudanças nos padrões de consumo e de produção não sustentáveis.** Em particular, insistir na extensão da Directiva sobre o EcoDesign de Produtos Consumidores de Energia, para que esta se direcione para os produtos de forma mais ampla e, ao mesmo tempo, se oriente também para os impactes nos recursos naturais. O Parlamento terá também de impedir a alteração proposta na Regulação Europeia sobre Eco-rotulagem, que permitiria às empresas usar o sistema de “auto-declaração” para a rotulagem em vez da verificação independente, actualmente feita através de um procedimento formal.

2. **Exija uma Política Europeia para os Recursos Naturais** que vá ao encontro da escalada da crise global sobre a disponibilidade e a utilização dos recursos, definindo metas claras relativas à eficiência dos recursos, por um Factor 4 em 2030 e um Factor 10 em 2050 como níveis de ambição de partida; e produzir critérios de sustentabilidade sobre a utilização dos recursos naturais.
3. **Garanta que a UE desempenhe o papel de líder global na redução dos impactes negativos das actividades de mineração** dentro da UE e no mundo. A nova estratégia da UE sobre matérias-primas não-energéticas deve ter em conta, de um modo muito particular, e deve promover garantias relacionadas com os objectivos relativos às alterações climáticas e à biodiversidade, e deve direccionar-se para um leque alargado de aspectos sociais e ambientais associados à mineração, desde a fase de localização à de fim-de-vida.
4. **Insista para que a Estratégia Temática de Prevenção e Reciclagem de Resíduos (a ser discutida em 2010) contemple as metas de prevenção de resíduos da UE** e mecanismos apropriados para garantir uma reciclagem efectiva e maximizada dos resíduos, de uma forma mais sistemática do que as metas recentemente acordadas na revisão da Directiva para o Enquadramento de Resíduos.
5. **Incentive um debate renovado sobre a agenda da “Beyond GDP”** e sobre os mecanismos fiscais para incentivar uma utilização mais sustentável dos recursos, incluindo os produtos que contêm materiais reciclados, os produtos mais eficientes do ponto de vista energético e os produtos eco-rotulados (sejam produtos do Comércio Justo, orgânicos ou eco-rotulados).
6. **Promova a obrigatoriedade de “100% Green Public Procurement”** para todos os governos em 2020.

10. Melhorar a Aplicação e o Reforço da Legislação

O desafio político para os próximos cinco anos

A legislação ambiental europeia tem sido bastante mal aplicada pelos Estados-Membros. Os casos de infracção relacionados com o ambiente representam, seguramente, quase metade de todas as infracções da UE. O Sexto Programa Comunitário de Acção estabelece a aplicação efectiva e o reforço da legislação comunitária sobre o ambiente como objectivos-chave estratégicos. O Parlamento Europeu voltou a confirmar esta matéria no seu relatório sobre a revisão a médio prazo do Sexto Programa Comunitário de Acção. Também pediu aos responsáveis pelo orçamento que garantissem que a Comissão teria todos os recursos humanos e financeiros necessários para que uma monitorização mais eficiente da aplicação e o reforço da legislação existente sejam levados a cabo em todos os Estados Membros. É necessário que este tema seja lembrado nas negociações anuais do orçamento.

Os deputados no Parlamento Europeu têm um papel importante, perante a Comissão e o Conselho, na monitorização da correcta transposição e da aplicação das leis ambientais. O ambiente e a saúde são preocupações centrais para os cidadãos da UE. Tem vindo a aumentar a consciência de que um ambiente limpo e saudável é essencial para o seu bem-estar e, a longo prazo, condição para um desenvolvimento económico sustentável. A credibilidade da UE depende muito de políticas coerentes nestas áreas, e o reforço da legislação da UE tem, aqui, um papel importante.

A perspectiva das associações ambientalistas portuguesas e dos *Green 10* para os próximos cinco anos

A adopção de medidas legislativas fortes é importante, mas constitui apenas o primeiro passo em direcção a uma boa protecção da saúde e do ambiente dentro da UE. Uma vez que já despenderam tanto tempo e tantos esforços na adopção de leis, os deputados do Parlamento Europeu devem envolver-se mais na sua transposição e no seu reforço. As associações ambientalistas portuguesas e os *Green 10* querem incentivar os deputados do novo Parlamento a acompanhar mais de perto o que acontece durante o processo de transposição. O Parlamento Europeu tem o direito de pedir relatórios e deve usar este direito para responsabilizar os Estados Membros. O reforço da cooperação entre o Parlamento Europeu e os parlamentos nacionais pode contribuir para um maior apoio às leis da UE a nível dos diferentes países e conduzir a um melhor reforço.

As associações ambientalistas portuguesas e os *Green 10* chamam a atenção dos candidatos e partidos políticos ao Parlamento Europeu para que o mesmo:

1. **Organize debates regulares com a Comissão e o Conselho sobre os progressos da aplicação das Directivas ambientais** em todos os Estados Membros da UE e resistir às tentativas para reduzir as exigências dos relatórios apresentados ao Parlamento Europeu. Os relatórios bem elaborados são uma exigência básica para que haja uma monitorização eficiente.
2. **Insista para que sejam afectados os recursos adequados aos serviços relevantes da Comissão, responsáveis por supervisionar a aplicação das Directivas ambientais** e garantir, também, que o financiamento e a capacidade das equipas de trabalho permitam acompanhar a aplicação e o reforço da legislação ambiental em todos os Estados-Membros.
3. **Garanta que todas as políticas da UE acompanhem, em vez de dificultarem, a efectiva aplicação da legislação ambiental** e que as iniciativas para “melhor regulação” visem chegar a regras transparentes e objectivas, evitando a duplicação de tarefas sem nunca enfraquecer a legislação existente. Regras claras e transparentes contribuem para uma melhor aplicação.
4. Insista para que a legislação vinculativa, com metas claras e calendários definidos, continue a ser a opção prioritária para se atingirem os objectivos ambientais e facilitar as tarefas de monitorização.

- 5. Insista na revisão da Convenção de Aarhus para a UE, para que os grupos de interesse público tenham acesso à revisão judicial das decisões das instituições da UE, de forma a defender os interesses dos cidadãos em matérias relacionadas com o ambiente.**

Trabalho de tradução, revisão e disseminação:

António Dinis

Joana Dionísio

Jorge Madeira Mendes

Paula Seixas